



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 21, v. 3
maio-jun.2025
p. 186-207

Gramáticas bissexuais compondo novas demandas: bifobia, “saúde mental” e suicídio

(Bisexual grammars shaping new demands: biphobia, 'mental health' and suicide)

(Gramáticas bissexuales componiendo nuevas demandas: bifobia, 'salud mental' y suicidio)

Breno Rafael da Costa¹
Vagner Matias do Prado²

RESUMO: Os estudos e movimentos bissexuais, bem como investigações no campo da Suicidologia, têm denunciado suas preocupações para com a “saúde mental” despotencializada e “risco” suicida em pessoas bissexuais. Por intermédio de tais produções, o artigo, de caráter exploratório, tece provocações sobre a emergência dessas denúncias no bojo do ativismo bissexual. Para tal, são apresentados os “sentidos” científicos responsáveis por produzir historicamente a “bissexualidade”. Discorre-se acerca de como os estudos e movimentos bissexuais têm criado e acionado uma nova gramática com o intuito de expressar suas demandas. Por fim, as provocações centram-se nos limites e possibilidades desta nova gramática, ou seja, em como novas categorias podem produzir outros olhares a respeito das reivindicações do movimento bissexual quanto a “saúde mental” e o suicídio.

PALAVRAS-CHAVE: Bissexualidade; Suicídio; Saúde mental; Bifobia; Monossexualidade.

Abstract: Bisexual Studies and movements, as well as investigations in the field of Suicidology, have demonstrated their concerns about impaired “mental health” and suicidal “risk” in bisexual people. Through productions of this kind, the article, on an exploratory basis, calls attention to the emergence of these complaints within bisexual activism. To do so, the scientific “senses” responsible for historically producing “bisexuality” are presented. It also presents how bisexual studies and movements have created and activated a new grammar in order to express their demands. Finally, the provocations focus on the limits and possibilities of this new grammar, that is, on how new categories can produce other perspectives regarding the demands of the bisexual movement regarding “mental health” and suicide.

Keywords: Bisexuality; Suicide; Mental health; Biphobia; Monosexuality.

Resumen: Los estudios y movimientos bissexuales, así como las investigaciones en el campo de la suicidología, han denunciado sus preocupaciones con respecto a la “salud mental” debilitada y el “riesgo” suicida en personas bissexuales. A través de tales producciones, el artículo, de carácter exploratorio, plantea provocaciones sobre la emergencia de estas denuncias en el marco del activismo bisexual. Para ello, se presentan los “sentidos” científicos responsables de producir históricamente la “bisexualidad”. Se discute cómo los estudios y movimientos bissexuales han creado y activado una nueva gramática con el propósito de expresar sus demandas. Finalmente, las provocaciones se centran en los límites y posibilidades de esta nueva gramática, es decir, en cómo nuevas categorías pueden generar otras perspectivas sobre las reivindicaciones del movimiento bisexual en relación con la “salud mental” y el suicidio.

Palabras clave: Bisexualidad; Suicidio; Salud mental; Bifobia; Monosexualidad.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: b.rafacosta@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: vagner.prado@ufu.br



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 08/05/2024
Aceito em 11/03/2025

1 Introdução

Gilete, panachê, panqueca, barca da Cantareira e inúmeras outras palavras, que ganham significação somente na vida social em que historicamente são produzidas, remetem, em resumo, a uma mesma ideia: existem sujeitos que se atraem por “homens” e “mulheres”³ (Inácio Saldanha, 2023; Saldanha; Helena Monaco; Beatriz Cruz, 2022). No Brasil, a “bissexualidade”⁴, enquanto categoria identitária política, é possível de ser mapeada sobretudo nas duas últimas décadas, em particular, no bojo das reivindicações de pessoas autorrepresentadas como bissexuais e que, em diferentes tensionamentos com as teorias de gênero e sexualidade e com o movimento LGBTQIPAN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexuais, pansexuais, não-binários e outras expressões de vida), buscam reconhecimento de demandas específicas (Saldanha; Monaco; Cruz, 2022).

Entre tais demandas, como já demonstram outras pesquisas (Helena Monaco, 2020; Luís Lima; Felipe Damacena, 2022; Felipe de Baére, 2023; Melissa Jaeger *et al.*, 2019; Leandro Brito, 2023; Diego Calmon, 2019), estão presentes questões referentes à “saúde mental”⁵ como pauta de urgência desta “população”. A “saúde mental” despotencializada, os sofrimentos de ordem emocional e o suicídio emergem, em linhas gerais, nas narrativas de movimentos, sujeitos e ativistas bissexuais como efeito de um modo particular de discriminação: a bifobia.

Nesse sentido, o presente artigo configura-se como um exercício exploratório cujo objetivo é tecer provocações à temática do autoextermínio e da “saúde mental” de sujeitos bissexuais. Buscamos, por intermédio das produções dos recém-nomeados *estudos bissexuais*, em diálogo com discussões do campo da Suicidologia, problematizar a emergência das seguintes demandas: a “saúde mental” despotencializada e o risco suicida que aflige pessoas bissexuais. Valemos, ainda, de escritos situados junto à perspectiva pós-estruturalista e *queer*, que também são mobilizados pelos estudos bissexuais.

Na seção “*Bissexualidade*”: da ideia à categoria mapeamos, a partir de três momentos históricos particulares, como o discurso científico significou a “bissexualidade”. Em sequência, a

3 As categorias “homens” e “mulheres” são postas sob suspeita, vez que a “ideia bissexual” não foi expressa, historicamente, a partir de tal binaridade de gênero. “Gilete”, por exemplo, pode ser encontrada em músicas, nos anos 1940, para se referir a alguém que não é homem, tampouco mulher – um “bicha” – e que pode ter relações “penetrando” mulheres, como sendo “penetrado” por outros “bichas” (Saldanha, 2023).

4 Nos valendo do cuidado gramatical de Saldanha (2023), “Bissexuais”, “bissexualidade”, “homossexuais”, “gays”, “heterossexuais”, “lésbicas” e outras categoriais são colocadas entre aspas sempre que discutidas de maneira abrangente e a partir de reflexões forjadas antes dos anos 2000. Acreditamos que anteriormente a tal época seria impreciso, ao menos no Brasil e sem a devida contextualização, colocar tais categorias como academicamente e socialmente legitimadas.

5 As aspas são mobilizadas para suspeitar da oposição cartesiana corpo/mente e por considerarmos, como ensina Katrina Jaworski (2010), que o suicídio é produzido no corpo. Este corpo, bem como o suicídio, adquire inteligibilidade por intermédio da matriz heterossexual, conforme explicitaremos abaixo (Jaworski, 2010).



seção *Um campo de estudos em esboço* revisa como parcela do ativismo bissexual tem produzido, trabalhado e divergido a partir categorias analíticas/reivindicatórias próprias, tais como: apagamento, monossexualidade e monodissidência. Por fim, em *Grupos de “risco”* apresentamos como a fragilizada “saúde mental” e o “perigo” de suicídio entre pessoas bi são enunciados por sujeitos e ativistas bissexuais, pelos estudos bissexuais e por parcela da Suicidologia. A bifobia, tecnologia orientada pela “cultura monossexual”, é mobilizada neste tópico como categoria necessária à problematização sobre o autoextermínio de pessoas bissexuais.

2 “Bissexualidade”: da ideia à categoria

Michel Foucault (1999) pontua que a classificação da sexualidade no ocidente foi permeada por relações de saber-poder em que são produzidos discursos científicos responsáveis por inserir o sexo em um regime de normalidade/anormalidade. A *Scientia Sexuales*, argumenta o filósofo, foi responsável por esquadrinhar, mapear e catalogar a sexualidade construindo, desta forma, efeitos de verdade sobre o sexo:

Nesse momento os prazeres mais singulares eram solicitados a sustentar um discurso de verdade sobre si mesmos, discurso que deveria articular-se não mais àquele que fala do pecado e da salvação, da morte e da eternidade, mas ao que fala do corpo e da vida — o discurso da ciência. (Foucault, 1999, p. 62)

Foucault pode nos ajudar, de acordo com Saldanha (2023), no entendimento de que a “bissexualidade” é uma categoria classificatória que emerge necessariamente de um contexto histórico particular. Valendo-nos das revisões bibliográficas de Seffner (2003), Elizabeth Lewis (2012), Shiri Eisner (2020), Kenji Yoshino (2000), Saldanha (2023) e Saldanha, Monaco e Cruz (2022), podemos falar sobre a circulação da categoria “bissexual”, conforme veremos, a partir de três momentos históricos específicos.

Como identidade política, a bissexualidade só pode ser vislumbrada a partir das reivindicações de um movimento bissexual (Saldanha, 2023; Saldanha, Monaco, Cruz, 2022) e comentaremos mais a respeito dessa afirmativa adiante. Antes, é preciso considerar que os usos e sentidos da palavra bissexual podem, no entanto, ser mapeados – entre trânsitos, tensões e ambiguidades – ao considerarmos que tais sentidos não são apagados do imaginário social por completo, mas sim concorrem de maneira descontínua e heterogênea com outros discursos que produzem sentido à palavra (Fernando Seffner, 2003; Saldanha, 2023; Diego Calmon, 2019; 2023).

Nesse sentido, o discurso científico não encerra todos os sentidos da “bissexualidade”. Ideias referentes ao desejo por “homens” e “mulheres” expressas por outras palavras, de origens culturais, históricas e regionais múltiplas, são encontradas em representações presentes no



imaginário dos mais distintos grupos sociais (Saldanha, 2023).

A expressão gilete, registrada por Saldanha (2023) em sua investigação cujo foco foram os trânsitos da categoria “bissexual” em Belém nos anos 1980 e 1990, simbolizava, já em 1950, a ideia de “uma via de mão dupla”. Tal expressão, direcionada a uma pessoa que “corta para os dois lados”, diz o autor, é anterior à parcela da produção científica estrangeira de classificação das sexualidades. Outro exemplo da complexa difusão da palavra “bissexual” está presente no imaginário cultural belenense em referência ao orixá Oxumaré como “bissexual” e “andrógino”, diz Saldanha (2023)⁶. Em resumo, “A categoria ‘bissexual’ transformou-se de acordo com mudanças e trânsitos que escapam a um espaço geográfico definido, de forma que sua trajetória não foi uniforme e levou a uma rica polissemia” (Saldanha, 2023, p. 186).

Postas tais questões, o primeiro sentido científico da “bissexualidade” pode ser localizado nas produções preocupadas com a questão anatômica. Biologistas situados mais especificamente no século XIX mobilizavam a “bissexualidade” em sentido próximo a de um “outro sexo”, que não “macho” e “fêmea” (Seffner, 2003; Lewis, 2009). Nesse “primeiro” uso científico da categoria “bissexual” ocorria uma equiparação da bissexualidade ao “hermafroditismo” e ambas as categorias – “bissexual” e “hermafrodita” – eram, não raro, postas em oposição à categoria “monossexual”, isto é, pessoa com um único “sexo anatômico” (Eisner, 2020; Calmon, 2023; Jaeger *et al.*, 2019; Jamilie Souza, 2021).

Posteriormente, como apresentam Seffner (2003), Eisner (2020) e Jager *et al.* (2019), a “bissexualidade” passou a ser mobilizada, sobretudo no final do século XIX e durante o século XX, como um estágio no desenvolvimento psicológico dos seres humanos. Escritos da sexologia e da psicanálise, por exemplo, afirmavam a existência de uma “bissexualidade originária” aos seres humanos e, conforme o amadurecimento psíquico, a pessoa agrupar-se-ia no “masculino” ou no “feminino” (Eisner, 2020; Yoshino, 2000; Lewis, 2012).

As investidas do biólogo estadunidense Alfred Kinsey marcam o período de circulação dos sentidos da “bissexualidade”. Em uma investigação cujo foco era uma certa classificação das práticas sexuais, argumenta Marina Casteñeda (2007), o estadunidense constrói o que ficou conhecida como “escala Kinsey”. Nesta, a “bissexualidade” “pura” aparecia em um estágio intermediário, enquanto os demais estágios variariam em um espectro estatístico (Casteñeda, 2007) em que os polos são representados pela heterossexualidade e pela homossexualidade (Eisner, 2020).

⁶ Em outro trecho da dissertação, Saldanha (2023, p. 186) fornece considerações relevantes sobre a categoria “bissexual” a partir deste exemplo: “A descrição de Oxumaré como ‘andrógino’ e como ‘bissexual’ não é uma mera questão de termos. A polissemia da ‘bissexualidade’, como uma categoria que assumiu uma posição liminar na formação relacionada de diferentes formas de classificação, a aproximou de outras categorias da fluidez e da ambiguidade.”



A última classificação científica da “bissexualidade” – como orientação sexual – remonta, nos parece, de um momento histórico no qual os estudos bissexuais vão se desenvolver de forma mais intensa. Isso em virtude do fato de que a “bissexualidade” ganha profusão discursiva ao ser acionada pela mídia e pelo processo de politização da homossexualidade, pela literatura e pela medicina, de acordo com Seffner (2003), sendo associada à epidemia de HIV/Aids dos anos 1980.

Calmon (2023, p. 4) afirma que a “bissexualidade” passou a ser instrumentalizada por inúmeros setores midiáticos e pelo discurso científico atrelado à produção das noções de “práticas sexuais de risco”. Como já historicizado por trabalhos como os de João Silvério Trevisan (2018), James Green (2019) e Renan Quinalha (2017), o advento do HIV/Aids teve impacto significativo nas formas de classificações e compreensão da “homossexualidade”. A ideia de “peste gay” foi amplamente veiculada pela mídia e a “homossexualidade” acionada, pelos boletins epidemiológicos, como grupo de “risco” à “contaminação” pelo vírus da Aids (Saldanha, 2023; Helena Monaco, 2020; Regina Fachini, 2004, 2009; Quinalha, 2017; Calmon, 2023).

A “bissexualidade” surge, então, como justificativa epidemiológica para a “propagação” do vírus entre heterossexuais. Para Calmon (2023) e Seffner (2003) a masculinidade bissexual, em específico, é posta como culpada pela “contaminação” das “mulheres heterossexuais”. O “homem bissexual”, reduzido a uma categoria de risco, seria o ponto intermediário entre a contaminação ocasionada pelo contato com “homens gays” e sua “propagação” entre “mulheres heterossexuais”.

Embora a masculinidade bissexual, conforme mostra Seffner (2003), tenha representação ímpar por intermédio dos discursos proferidos pela mídia e pela medicina, Fachini (2004; 2009) diz que as “mulheres bissexuais” foram também culpabilizadas, mas por organizações de “mulheres homossexuais”, de serem vetores de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Nessa lógica, o “homem”, seja qual for a “orientação sexual”, é um perigo à saúde das “mulheres”; já as “mulheres bi”, por se relacionarem com eles e poderem se “infiltrar” junto às “lésbicas”, se transformam em um perigo as últimas (Fachini, 2004, 2009; Calmon, 2019; 2023; Helena Monaco, 2021).

Monaco (2021) diz que tais argumentos estruturam o que ficou conhecido como “ponte bissexual”: pessoas bissexuais seriam as principais responsáveis por “espalhar” HIV entre “heterossexuais”, ou ainda, e com menos considerações por parte do discurso científico do final do século XX e início do século XXI, entre grupos de “mulheres homossexuais”:

A imagem da ponte é importante nesse contexto porque remete ao rompimento de uma separação entre dois espaços, o que nesse caso é entendido como algo negativo. Quando uma ponte é “bissexual” ela transpõe um limite entre um lado “homossexual” e um que começava a ser descrito como “heterossexual”. Nesse contexto, essa transposição significava uma ameaça para a saúde, e, em certa medida, para a própria vida. (Saldanha, 2023, p. 158)



É nesta época, inclusive, conforme escrevem Calmon (2023) e Saldanha (2023), que veículos internacionais como o *The New York Times* e as organizações nacionais e mundiais de saúde passam a mobilizar a categoria “bissexual” como grupo de risco à Aids. Segundo Calmon (2023), ainda que outras expressões com a finalidade de evitar a estigmatização posta por “grupo de risco” – tal como a sigla HSH (homem que se relaciona sexualmente com homens) – também tenham sido utilizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Programa Global de Aids (PGA), a “bissexualidade” permaneceu presente do discurso epidemiológico. Esse discurso é um dos primeiros difusores em massa da categoria “bissexual” e, ao chegar às mais distintas regiões e nos mais distintos grupos culturais, se emaranha em outros enunciados discursivos, expressando ideias de ambiguidades, intermediações e fluidez. Em síntese:

A categoria teria permanecido como um ponto ambíguo em classificações binárias de macho-fêmea, masculino-feminino, homossexual-heterossexual, tais como estas se originaram respectivamente desde o século XIX, uma a partir da outra. Porém, devemos reconhecer que a emergência de um novo sentido de “bissexualidade” na história não suplanta os sentidos anteriores, a não ser quando há esforços nesse sentido – o que só veio a acontecer com o fortalecimento de um movimento bissexual recentemente. Há algo de muito pertinente na polissemia do termo “bissexual” para se pensar a categoria e sua relação com essas classificações, em cuja formação apareceu a própria ideia de sexualidade. (Saldanha, 2023, p. 41)

Como indicado, apenas com o movimento bissexual é que tal categoria, em contornos identitários políticos, passou a ser produzida (Saldanha; Monaco; Cruz, 2022). No entanto, o movimento bissexual não é linear e uniforme. Nesse trabalho, privilegiamos os estudos bissexuais produzidos em solo nacional, mas é possível identificar, sobretudo nos Estados Unidos, a circulação da “bissexualidade” e da “bifobia” desde 1970 (Yoshino, 2000; Lewis, 2012; Souza, 2021). Em 1990, principalmente no contexto norte-americano, passam a ser produzidos os chamados *Bisexuals Studies* – *mainstream* atual da produção sobre bissexualidade, argumenta Eisner (2020) – de onde grande parte das reflexões bissexuais brasileiras, poucos anos mais tarde, vão beber (Lewis, 2012; Souza, 2021; Saldanha; Monaco; Cruz, 2022). Trabalhos de importante circulação entre os estudos bissexuais como o de Yoshino (2000) são, inclusive, marcados por críticas sobre as formas pelas quais a categoria “bissexualidade” circulava no senso científico, corroborando a politização da bissexualidade e produção de um léxico outro a fim de expressar particularidades de sujeitos bi.

A próxima seção trata, justamente, das demandas construídas e apontadas pelos estudos e movimentos bissexuais possíveis a partir de uma nova gramática de análise e reivindicação.

3 Um campo de estudos em esboço

A produção de Eisner (2021) é responsável, como afirma pela própria autora, por fornecer



um “guia de campo” às lutas bissexuais. Tal obra busca sintetizar as principais reivindicações deste “grupo” frente a um balanço internacional, com destaque para as produções de língua inglesa. Para Eisner (2021), a invisibilidade tem sido mobilizada por ativistas e escritores/as bissexuais com o intuito de evidenciar a supressão de suas identidades por intermédio de identidades supostamente já referendadas por um sistema cultural binário: a homossexualidade e a heterossexualidade.

Essa crítica por parte de ativistas bissexuais, somada a diversas particularidades históricas e culturais, sobretudo a eclosão discursiva responsável por inserir a bissexualidade na produção acadêmica, foi o que permitiu a produção de categorias próprias ao movimento. Saldanha, Monaco e Cruz (2022) salientam, ainda, como as redes de sociabilidade no espaço virtual – *cibersocialidade* – e outras possibilidades de comunicação têm feito com que sujeitos, ativistas e grupos de bissexuais construam categorias como monossexismo, monodissidência, bifobia e apagamento a fim de expressar suas demandas (Melissa Jaeger *et al.*, 2019; Eisner, 2021; Yoshino, 2000).

O termo *monossexualidade* aparece no bojo do ativismo bissexual para evidenciar que há interesses comuns entre heterossexuais e homossexuais, ou seja, monossexuais, na perpetuação da invalidação das existências bissexuais (Yoshino, 2000; Monaco, 2020; 2021). O *monossexismo* é, nessa perspectiva, uma estrutura social que confere certa legitimidade às pessoas monossexuais e trata como um desvio a ser corrigido, controlado e apagado qualquer prática e/ou identidade que pretenda escapar de tal leitura (Yoshino, 2000; Eisner, 2020; Jaeger *et al.*, 2019).

O jurista Yoshino (2000), na leitura de Inácio Saldanha (2020, p. 184), compreende que “a deslegitimação seria uma forma de apagamento porque reduz a orientação bissexual a meros comportamentos ou desvios, negando sua existência enquanto orientação sexual”. Para o jurista, existe certo contrato epistêmico de interesses comuns entre homossexuais e heterossexuais, ainda que não interesses idênticos (Yoshino, 2000; Saldanha, 2023).

É preciso ter cuidado, no entanto, para não deshistoricizar tais categorias, nos ensina Seffner (2003) e, mais recentemente, Saldanha (2023). O ativismo bissexual necessita de atenção ao equiparar heterossexuais e homossexuais, ainda que ao considerar desigualdades. O revisitar histórico por parte do movimento bissexual deve considerar que tais identidades – homossexuais e heterossexuais – passavam/passam também por um processo de politização. A título de exemplo, o assassinato do vereador alagoano Renildo José dos Santos em 1993, após a assunção pública de sua “bissexualidade”, foi considerado pelos movimentos da época como um crime de homofobia e este apareceu, em jornais e relatórios, como um “mártir gay” (James Green, 2019; Saldanha; Monaco; Cruz, 2020; Saldanha, 2023). Uma leitura apressada do caso, em meio as “dificuldades classificatórias” (Calmon, 2023, p. 11), poderia sugerir, na lógica de Eisner (2021) e/ou Yoshino



(2000), um apagamento da identidade bissexual frente ao binarismo responsável por privilegiar, em alguma medida, gays, lésbicas e heterossexuais.

O fato é, no entanto, que as categorias “bissexual” e “homossexual” eram/são cambiadas no imaginário social, em relatórios médicos e mesmo em documentos produzidos por organizações LGBTQIPAN+, muitas vezes, sem distinções pormenorizadas (Saldanha, 2023). Em outras palavras, a crítica não pode deixar de considerar o trânsito dessas categorias mediante as particularidades históricas, culturais e regionais. É possível pensar que o próprio processo de construção do movimento bissexual e do campo de estudos sobre, evidencia, em provocações foucaultianas (Foucault, 1999), o contrário: a bissexualidade não foi apagada. Ela segue documentada, ainda que inserida em diferentes redes discursivas que disputam sentido entre si. Resumidamente:

Primeiro, “bissexual” seria um sinônimo de “hermafrodita”, depois um estágio preliminar de desenvolvimento da psique, e enfim uma orientação sexual. A esta última, uma nova alteração poderia ser somada a partir dos anos 2000 com a transição da definição de “atração pelos dois sexos” para a “atração por mais de um gênero”, quando pessoas trans do espectro não-binário passam a se tornar figuras importantes para o movimento bissexual (apud Eisner, 2021). Essa forma de pensar a trajetória da categoria “bissexual” parece estar alinhada com o interesse político do movimento de defender uma definição “verdadeira” para ela. (Saldanha, 2023, p. 181)

A “verdade” sobre a bissexualidade se esbarra nas lógicas internas à cultura. Os diferentes usos históricos da “bissexualidade” a significam, portanto, de modo polissêmico. E, talvez, como argumentam Seffner (2003), Saldanha (2023) e Calmon (2023), é dessa polissemia de significados, em possibilidades de fluidez e ambiguidades, que reside “a” bissexualidade. Ainda é preciso ponderar, como fez Saldanha (2023, p. 204), que pontuar isso não é o mesmo que defender qualquer definição de bissexualidade, mas sim aproximar-se também da pluralidade de possibilidades de “ser” bissexual:

O conceito de apagamento, muito importante para a interpretação dos processos que tangem essa categoria e que afetam as pessoas que se identificam como “bissexuais”, tem sido desenvolvido principalmente a partir de pressupostos contemporâneos do movimento bissexual, e sua abrangência deve ser ponderada. A polissemia, ainda pouco considerada teoricamente, pode ser tomada como produtiva e eficaz. Isso não significa necessariamente abandonar a ideia de apagamento e assumir que qualquer sentido de “bissexualidade” pode ser aceito. Em vez disso, um maior conhecimento desse trânsito polissêmico pode contribuir para os esforços que têm se orientado para um reconhecimento e um tratamento justo de pessoas identificadas como “bissexuais” ou a partir de outras categorias associadas à ambiguidade e à fluidez. A emergência de novas formas de classificações e convenções sobre a sexualidade não significa a superação de outras. Esta é a origem de tensões, confusões e conflitos em torno da “bissexualidade” que terão um agente consciente nessa disputa apenas com o surgimento de um movimento bissexual no Brasil. Os sentidos de “bissexualidade” como uma categoria liminar entre homossexual-heterossexual, masculino-feminino ou como uma tendência cultural se multiplicam e elucidam suas mudanças históricas, através da qual gênero, sexo e sexualidade se produziram de forma relacionada. Seu limitado reconhecimento como uma identidade, por sua vez, contrastou com tendências culturais que valorizaram outras categorias contextualmente.

As tensões e provocações presentes nesse campo de estudos em construção não se encerram



nas ponderações postas até então. Ao “beberem”, em alguma medida, dos escritos *queer* e pós-estruturalistas (Eisner, 2020; Seffner, 2003; Saldanha, 2020; 2023), o campo interroga também como a bissexualidade é gerida pela matriz heterossexual. Tal matriz exige, diz Judith Butler (2017), que as práticas sexuais e afetivas tenham coerência dentro de suas premissas. Tais premissas dizem respeito a produção de um suposto *continuum* entre sexo, gênero e desejo que se mantem tão somente pela repetição performativa de si.

Butler (2017) é quem desconstrói os postulados do sujeito voluntarista – aquele totalmente livre para decidir sobre si –, mas também as concepções construtivistas, no entendimento de que o corpo, inclusive a “morfologia biológica”, não possui existência prévia, mas substancializa-se diante da tríade compulsória macho-masculino-heterossexual, ou fêmea-feminino-heterossexual repetidamente instaurada. Nos termos de Butler (2017, p. 35), a “performatividade não é, portanto, um ‘ato’ singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição”. Em outras palavras, as vidas são, não raro, punidas caso escapem da lógica compulsória que cobra uma correspondência direta entre sexo, gênero e desejo. Nessa lógica, a suposta coerência entre essa tríade não permite que uma pessoa tenha mais de um gênero ou ainda que possa transitar entre as inúmeras possibilidades de viver o gênero (Brito, 2023; Moschkovich, 2022; Jaeger *et al.*, 2019).

Outras investigações, como as de Calmon (2019; 2023), voltam à Gayle Rubin (2003), em sua teorização a respeito da relação sexo, gênero, desejo e prática sexual e como esta última também precisa ser teorizada, em particular, quando evidenciamos as produções desiguais e hierárquicas no que tange representações do que seria uma “prática sexual correta” em detrimento de outras, imorais e perigosas. Embora a autora não tenha pensado a “bissexualidade”, ao menos naquele momento histórico, é importante interrogar, argumenta Calmon (2023), qual o lugar dessa na pirâmide das práticas sexuais. Um dos pontos de Rubin (2003) diz respeito ao fato de que as relações distantes do postulado monogâmico, embranquecido e heterossexista ocupam, nessa pirâmide, um locus de rechaço e discriminação.

A monogamia é, em uma leitura mais ampla dos trabalhos de Jaeger *et al.* (2019) e Moschkovich (2022), o sistema responsável por obstruir possibilidades relacionais concomitantes e que pode corroborar com o desdobramento da questão posta acima. Não é possível, por exemplo,



que qualquer sujeito em solo brasileiro se case com mais de uma pessoa porque a *bigamia*⁷ é tipificada como crime. A possibilidade de ter múltiplas e variadas relações ao mesmo tempo, fora da lógica da traição, não ocupa lugar de densa representação nas sociedades ocidentais.

A bissexualidade é, nesta lógica, “produzida e ativa na zona de sombra gerada por esses dois sistemas: a Monogamia e a Matriz Heterossexual.” (Moschkovich, 2022, p. 49). Frente a esses dois sistemas ou as pessoas bi são enquadradas nos *scripts* de masculinidades e feminilidades homossexuais, ou são lidas como pessoas heterossexuais (Brito, 2023). Isso em razão da “prática bissexual” ser “anulada” pela monogamia, enquanto a matriz heterossexual, por seu turno, “impede” a bissexualidade na medida em que “impede” também os corpos de expressarem, concomitantemente, mais de um gênero (Moschkovich, 2022).

Nesse sentido, as formas de (auto)representação seguem também orientadas, em alguma medida, por ambas as estruturas e torna complexa a assunção da bissexualidade. Em relação a tais estruturas, os estudos têm nomeado, de maneira mais abrangente, a *monossexualidade* como uma leitura cultural das relações sociais (Baére, 2023), ou, de modo similar, a uma forma particular de enquadramento (Jaeger *et al.*, 2019). No entanto, adverte Monaco (2020, p. 101), é preciso reconhecer os limites da monossexualidade, sobretudo se tomada como identidade:

Apesar de reconhecer as potencialidades da monossexualidade enquanto categoria de análise, portanto, reconheço também a necessidade de resistir à essencialização da bissexualidade na oposição mono/bissexual, bem como à presunção da bissexualidade como uma posição privilegiada para o rompimento das relações de gênero e sexualidade baseadas em oposições binárias.

A “monodissidência”, enquanto categoria emerge do ativismo bi, mantendo formas dualistas de oposição: monossexual/monodissidente. Recentemente, o termo tem sido mobilizado de modo “guarda-chuva”, visando a um projeto de união política de demandas de sujeitos que não primam suas identidades a partir de um “único objeto do desejo”, tal qual gays, lésbicas e heterossexuais o fazem, ainda que em meio a tensões e produção de lógicas outras (Saldanha, 2023; Monaco, 2020; 2021; Saldanha; Monaco; Cruz, 2022). Dessa forma, a monodissidência parte da construção de um “nós” monodissidentes a um “eles/as” monossexuais, visando a englobar expressões de vida tais como bissexuais, pansexuais, polisssexuais e outras possibilidades de representação, como também construir apoio coletivo às vidas marcadas pela “cultura monossexual” (Monaco, 2020; Baére, 2023; Saldanha; Monaco; Cruz, 2022).

⁷ *Bigamia* é o termo tipificado em lei, no entanto, sabemos dos movimentos que, recentemente, tem construídos outras formas relacionais e reivindicado outras categorias, como: não-monogamia e poliamor. Mais informações em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/431/edicao-1/bigamia> e <https://naomonoemfoco.com.br/leituras-em-foco-7-poligamia-nao-monogamia-e-disputa-de-conceitos/>. Acesso em: 12 jan. 2024.



Como posto, o alcance analítico dessas novas categorias é produzido em meio a tensões. As provocações de que essas novas categorias podem corroborar com a essencialização da homossexualidade e da heterossexualidade e, por “consequência”, da bissexualidade, nos parecem justas. Parece-nos complexo também reduzir as experiências heterossexuais e homossexuais a este engessamento categórico. O que não pode ser ignorado são os efeitos da “cultura monossexual”, gerida junto a matriz de inteligibilidade heterossexual e a monogamia, nas expressões de vida bissexuais.

Esses efeitos podem ser percebidos, argumenta Saldanha (2020; 2023), quando olhamos para certa escassez – sem esquecer que estes existem sobretudo nas mídias sociais (Saldanha; Monaco; Cruz, 2022) – de espaços de sociabilidade bissexual. Há, ainda, uma carência de signos representativos responsáveis por produzir, muitas vezes, sensações de pertencimento e reconhecimento. Não é comum ouvirmos, por exemplo, que uma música, um corte de cabelo ou uma boate “é bissexual”, diferentemente do que há entre gays e lésbicas⁸ (Souza, 2021). Seffner (2003, p. 2003), em uma pesquisa feita no fim dos anos 1990 a respeito das representações de masculinidades bissexuais, argumenta:

O exercício das políticas de identidade termina por implicar a busca de algum essencialismo, algum idêntico, que serve de mote para promover a criação de laços entre os indivíduos, e ao mesmo tempo reivindicar o direito de se auto representar, de lutar para que os próprios sujeitos se auto representem, falem de si. A masculinidade bissexual não sofreu, em nosso país, um movimento de construção de identidade tão marcado. Ela por vezes aparece, como na mídia, existindo nas fronteiras, o que parece fornecer uma posição mais cômoda porque portadora de menor visibilidade e, portanto, menos localizável, mas com menos direitos e reconhecimento, porque não reivindicadora.

Essa ausência de signos, logo de reconhecimento cultural, aparece expressa nas ideias produzidas no/ao imaginário cultural. A vida, mediada pela “cultura monossexual”, produz efeitos nas expressões de vida “monodissidentes”. Alguns desses efeitos, em particular, o “risco suicida” e a “saúde mental” fragilizada, geridas por tal regulação cultural, serão discutidos no tópico abaixo.

4 Grupos “de risco”

Saldanha (2020), ao realizar uma *netnografia* em dois espaços virtuais de sociabilidade entre homens gays, visando problematizar enunciados bifóbicos produzidos em ambos os endereços eletrônicos, encontrou falas que, no geral, mobilizam representações de bissexuais como pessoas perigosas e predispostas a trair. Os enunciados proferidos nos espaços virtuais analisados também hierarquizam os sofrimentos, afirmando, por exemplo: “ninguém é xingado de bissexual no

8 Para endossar o exemplo, foi apenas em 2023 que uma telenovela, no caso a obra *Vai na Fé*, teve um personagem autorrepresentado como bissexual. Na trama, o personagem Yuri, interpretado por Jean Paulo de Campos, se “assume” bissexual. Mais informações: <https://www.instagram.com/binamidia/>. Acesso em: 13 jan. 2023.



ônibus’ e que, portanto, a bifobia seria uma ‘lamúria’” (Saldanha, 2020, p. 201).

A pesquisa de Calmon (2019) intencionou, ao conduzir entrevistas com jovens universitários/as autodeclarados/as bissexuais, discutir a produção das emoções a partir de cenas em que a bissexualidade se configurou em uma questão aos/às entrevistados/as. Como resultado, o autor destaca o *medo* da assunção pública de suas sexualidades e a *surpresa* em virtude da rejeição por parte de seus/suas parceiros/as afetivos. Uma de suas entrevistadas comentou que mulheres com as quais se relacionou chegaram a se referir a ela como “depósito de porra”:

[...] “depósito de porra”, emerge para caracterizar as mulheres bissexuais. A jovem cita dois momentos em que se sentiu mal, no primeiro, o esquecimento de sua companhia ao não se recordar de que ela era bissexual e, em seguida, o termo pejorativo proposto. Em ambos os casos, as fronteiras erguidas sobre as identidades sexuais emergem ancoradas em sistemas de gêneros, onde o desprezo parece ser o sentimento que sustentam os distanciamentos. O próprio medo em comentar sobre a bissexualidade já evidencia a antecipação do uso de tais categorias como formas de deslegitimar as possibilidades de envolvimento com pessoas bissexuais. (Calmon, 2019, p. 17)

Registros de violências similares são encontrados na fala de outra jovem bissexual, narrativa transcrita por Felipe de Baére e Valeska Zanello (2022), cujo foco foram as relações de gênero em torno do “comportamento suicida”: “*Eu acho que mulheres bissexuais são mais violentadas. E eu caio nessa estatística. Porque é algo que destrói a sua saúde mental... [...]*” (Baére; Zanello, 2022, p. 183, grifos nossos; grifos dos autores). Para o autor e a autora, mulheres bissexuais não vislumbram, comumente, redes de apoio nem entre heterossexuais, nem entre lésbicas. Nas narrativas de homens heterossexuais e de mulheres homossexuais, as mulheres bissexuais aparecem como pessoas altamente erotizadas, promíscuas, disponíveis as fantasias sexistas e sexualmente incansáveis (Baére; Zanello, 2022).

Baére e Zanello (2020, p. 10), ao entrevistarem pessoas bissexuais que já haviam tentado suicídio, registraram a seguinte fala: “*Não tenho amigos bissexuais, não tenho muitas pessoas com quem conversar sobre isso. Acaba que eu fico isolado*” e “*Acho que essa permanente sensação de desajuste, ela está intimamente relacionada à forma como eu me identifico*”. Nessa mesma pesquisa, Baére e Zanello (2020) indicam como as narrativas de pertencimento entre homens bissexuais eram distintas de homens gays. Esses últimos conseguiam encontrar espaços de socialização e de identificação capazes de fortalecê-los subjetivamente. Os bissexuais, por outro lado, relataram como as tentativas de se sentir acolhidos junto aos gays tornavam-se, na verdade, momentos de sofrimento emocional (Baére; Zanello, 2020).

Corroborando com tal afirmativa, a investigação de Brito (2023), com jogadores de vôlei bissexuais, destacou falas em que a bissexualidade foi representada como algo a ser decidido, logo relegada a um lócus de inteligibilidade (Jaeger *et al.*, 2019). Algumas falas, diz Brito (2023),



indicam como as relações de gênero produzidas pelo crivo da matriz heterossexual não viam a possibilidade de um dos entrevistados “ser” efeminado e, ao mesmo tempo, relacionar-se com mulheres. Em um dos trechos da narrativa, esse participante pontuou o seguinte: “*Então é um pouco chato, porque eu me sentia pra baixo. Não me sentia bem. Eu era zoados todos os dias por isso uma época, mas deram um tempo ultimamente*” (Brito, 2023, p. 231).

Luis Lima e Felipe Damacena (2022, p. 116), em entrevistas com seis bissexuais adultos em uma investigação cujo foco foi mapear experiências destes/as em atendimentos psicoterapêuticos, encontraram enunciados que se entrecruzam na construção do que nomeiam como “cura bi”: “psicoterapias nas quais há a deslegitimação da bissexualidade, tida como imaturidade, indecisão, uma fase, um pecado, reprovável ou irrelevante de ser abordada, através de agressões simbólicas até a deliberada tentativa de torná-la uma monossexualidade.” A “cura bi”, de acordo com os autores, foi produto das diversas posturas bifóbicas de uma série de terapeutas.

A investigação desenvolvida por Marta García Barba *et al.* (2017) teve como resultado, a partir da aplicação de um questionário com 325 universitários/as espanhóis com o intuito de compreender a percepção deles/as acerca dos/as bissexuais, que quase metade da amostragem indicou que bissexuais são, na verdade, homossexuais com medo de se assumirem. Em outra questão 32% de pessoas afirmaram que a bissexualidade não existe, ou seja, ou se “é” homossexual ou heterossexual. Tanto que, ao pensar os efeitos da bifobia, os/as autores/as já hipotetizam se existiria uma relação entre a bifobia e o suicídio (Barba *et al.*, 2017).

A pesquisa de Barba *et al.* (2017) faz coro, inclusive, a uma série de estudos internacionais que apontam para maiores índices de ideação e tentativa de suicídio entre bissexuais, comparados a gays e lésbicas. Para reforçar a problemática, a pesquisa de Anthony Jorm *et al.* (2002), uma das primeiras a se debruçar nos estudos em larga escala sobre “saúde mental” de sujeitos heterodissidentes, a partir de uma amostra com 4.824 adultos/as australianos/as autodeclarados/as bissexuais e homossexuais, destaca que embora tanto gays e lésbicas quanto bis apresentem altos índices de ideação suicida, maiores sintomas de depressão e ansiedade foram encontrados entre bissexuais. Como resultado, Jorm *et al.* (2002, p. 406, tradução nossa) destacam que “Indivíduos bissexuais apresentam alto risco de problemas de saúde mental e de ideias e ações suicidas”⁹.

Outros trabalhos, como a meta-análise das produções acadêmicas em língua inglesa sobre a “saúde mental” de gays, lésbicas e bissexuais feita por Ilan Meyer (2003) e a investigação de Shay-lee Bolton e Jitender Sareen (2011), apontam para resultados similares aos de Jorm *et al.* (2002):

9 Original: “Bisexual individuals are a high-risk for mental health problems and suicidal ideas and actions.” (Ford *et al.*, 2002, p. 406)



bissexuais emergem com índices preocupantes de fragilizada saúde mental. Particularmente a pesquisa de Bolton e Sareen (2011), a partir do seu universo amostral de 34.653 gays, lésbicas, heterossexuais e bissexuais, evidencia que bissexuais apresentaram a probabilidade de tentarem suicídio três vezes mais do que heterossexuais.

Voltando aos estudos brasileiros, Fernando Teixeira-Filho, Carina Rondini e Juliana Bessa (2011), em uma pesquisa realizada com 2.282 estudantes de Ensino Médio, “constatarem” que pessoas não-heterossexuais possuíam aproximadamente o dobro de chances de tentarem se matar se contrapostos/as aos/as heterossexuais (Teixeira-Filho; Rondini, 2012). E, entre a amostragem de respondentes não-heterossexuais, “encontrou-se que a população de bissexuais e daqueles que se declararam ‘outros’ descreveu similarmente terem tentado de diversas formas, à exceção das tentativas de asfixia e/ou envolvimento em briga, objetivando ferir-se ou morrer” (Teixeira-Filho; Rondini, 2012, p. 659).

Para Teixeira-Filho, Rondini e Bessa (2011), a bissexualidade se torna de difícil compreensão ao imaginário social devido as construções identitárias se darem a partir de pares de oposição estanque, como homo/hetero e homem/mulher. A matriz heterossexual parece afetar as expressões bissexuais de maneira distinta da qual afeta gays e lésbicas. De tal forma,

Não nos surpreende, portanto, que, nesta pesquisa, @s bissexuais estejam igualmente (ou mais) vulneráveis às discriminações/agressões advindas, como vimos, principalmente do próprio espaço escolar, seguido pelo espaço familiar, bem como serem el@s, juntamente com aquel@s que ainda não se definiram (outros), @s mais vulneráveis às ideações e tentativas de suicídio comparativamente a jovens que já se assumiram. (Teixeira-Filho; Rondini; Bessa, 2011, p. 14)

As pesquisas mencionadas, embora não esgotem as produções contemporâneas sobre bissexualidade, “saúde mental” e suicídio, indicam situações em que uma “leitura monossexual” das relações sociais é acionada e sua manifestação, a bifobia, revela e denuncia um tipo particular de discriminação e seus efeitos. Consideramos importante notar as formas pelas quais as pesquisas versam sobre os diversos sentidos-residuais da história da “bissexualidade”, acionados nas cenas de agressões. Cenas estas geridas pela matriz heterossexual e pela monogamia. A título de elucidação, as compreensões de pessoas “bissexuais” como promíscuas e sujeitas a traição têm parte de sua produção localizada nos discursos proferidos durante a epidemia de HIV/Aids (Seffner, 2003; Saldanha, 2023; Fachini, 2004) e são, em alguma medida, resultantes de uma leitura monogâmica das relações sociais (Moschkovich, 2022; Jaeger *et al.*, 2019).

Tais investigações também permitiram com que a bifobia fosse reconhecida enquanto uma forma de discriminação, visto que a “bissexualidade” emerge e permanece em situação de carência de signos e possibilidades culturais de reconhecimento (Seffner, 2003; Saldanha, 2020; Teixeira-



Filho; Rondini, 2012). A “saúde mental” e o suicídio, de tal forma, são acionados como tema de preocupação nestes estudos em que a bifobia aparece como uma forma de violência. Felipe de Baére (2023, não paginado), em um texto publicado pelo Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal, no dia 23 de setembro, data em que nacionalmente se organiza uma agenda de lutas a fim de celebrar a bissexualidade, resume:

São inúmeros os impactos negativos das práticas bifóbicas na comunidade bissexual, sendo a vulnerabilização da saúde mental um dos efeitos mais preocupantes. Aqui, podemos citar a sensação de não pertencimento em decorrência da invalidação de sua identidade sexual, mesmo entre outras dissidências sexuais; a dificuldade de estabelecer vínculos amorosos, por serem vistos como sujeitos promíscuos e pouco confiáveis; a rotineira submissão a piadas e brincadeiras ofensivas, que desqualificam e ridicularizam suas vivências. A consequência dessas experiências é o intenso sofrimento psíquico, que faz com que essa população apresente a maior frequência de comportamentos suicidas, em comparação às demais dissidências sexuais.

A “saúde mental” e o suicídio são, portanto, temáticas de denúncia e discussão por parte dos movimentos bissexuais. Seja por intermédio de pesquisas como as de Texeira-Filho e Rondini (2012), ou Baére e Zanello (2020), cujo foco está na problematização do autoextermínio de sujeitos não-heterossexuais, ou pelos estudos bissexuais (Eisner, 2021; Monaco, 2020; Damascena; Lima, 2022; Jaeger *et al.*, 2019), o suicídio e a “saúde mental” despontencializada aparecem como efeitos da bifobia aos corpos bissexuais. Em outras palavras, as pesquisas reunidas nessa seção se inserem no movimento de reconhecer a bifobia – e a bissexualidade – como “elementos” de atenção urgente.

Essa argumentação pode ser adensada ao pensarmos que o II Seminário Nacional de Estudos Bissexuais, realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2023, teve, ao todo, três grupos de trabalhos (GT)¹⁰. Um desses GTs, nomeado de Psicologia, Clínica e Sofrimento Social, focalizou-se na discussão sobre a “saúde mental” de bissexuais. Um ano antes, em 2022, o Conselho Federal de Psicologia publica a “Resolução 8 que ‘Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais’” (Baére, 2023, não paginado).

Nessa seara, Monaco (2020), ao acompanhar um coletivo bissexual da cidade de São Paulo e entrevistar 12 de seus/suas integrantes, constatou que a principal ação do coletivo era construir um espaço de acolhimento para pessoas bissexuais. A autora também afirma que as principais pautas estavam nas discussões a respeito do “sofrimento psíquico” e da chamada “saúde mental”. Inclusive, o coletivo mantinha uma ação quinzenal conhecida como *Rodas de Validação das Experiências Bissexuais* (Monaco, 2020).

10 Mais informações em: https://www.instagram.com/p/C0PvUDkvUnR/?img_index=5. Acesso em: 19 jan. 2024.



Sobre sua pesquisa, Monaco (2020, p. 236) afirma que os “ativistas argumentam que, tratando-se de orientação sexual, bissexuais compõem a população com maior taxa de suicídio e maior vulnerabilidade à depressão.” Assim, Monaco (2020) recorre aos estudos de Didier Fassin, antropólogo francês, e argumenta que os movimentos e sujeitos bissexuais estão a produzir certa *biolegitimação* de seus corpos e reivindicatórias. Fassin (2023), em seus estudos sobre imigração, propõe olhar a biopolítica como um modo de orientação moral, ou seja, para como são constituídos e mobilizados, por exemplo, o bem e o mal em certas particularidades históricas e geográficas. Para o autor, em busca de reconhecimento público e enquanto estratégia de vida, os grupos têm disputado as lógicas morais a fim de construir um status de humanidade que os/as respaldem diante das instituições.

De tal forma, biolegitimidade trata-se “[d]o uso do corpo em sofrimento para reivindicação de direitos” (Monaco, 2020, p. 237). Para Monaco (2020), foi necessário construir a ideia de que pessoas bissexuais são vítimas de um modo particular de sofrimento a partir de dados estatísticos sobre o suicídio para que parte das demandas bissexuais fossem objetivadas, ainda que essas demandas sejam plurais. Um dos entrevistados de Baére e Zanello (2020, p. 10), em consonância com tal argumentação, pontua: “Dia desses li sobre umas estatísticas de suicídio. Taxa de suicídios entre gays, hetero e bissexuais. E vi que a taxa entre os bissexuais é a maior”.

O argumento de Monaco (2020), a partir da sua leitura de Fassin (2023), nos auxilia a interrogar: as vidas bissexuais, embora não estejam apagadas em uma leitura foucaultiana das relações de saber-poder (Foucault, 1999), estão sendo legitimadas? Se sim, a partir de quais recursos? E, ainda, qual a centralidade do sofrimento na produção de pautas reivindicatórias? É possível reivindicar de outro modo?

Quando olhamos para o suicídio, outras provocações introdutórias também podem ser acionadas. Katrina Jaworski (2010), tomando por base o prisma analítico butleriano, afirma que o suicídio é interpretado a partir da matriz heterossexual, logo há vidas que não devem deixar de existir em hipótese alguma; enquanto outras existências sequer têm seu sofrimento reconhecido em vida e em morte, sobretudo quando “voluntária”. Para Jaworski (2010), o suicídio é um ato necessariamente gendrado e, como é impossível traspasar a matriz cultural heterossexual, quem escapa do enrijecido marco heteronormativo quando “suicida-se”, pode, para além de ser interpretado como vítima, ser visto como ordeiro de um sofrimento menor, uma frescura. Portanto, em “que pé” estamos no debate sobre a morte autoinfligida de bissexuais se mesmo a bifobia ainda é, não raro, uma lamúria? (Saldanha, 2020).

Nesse sentido, mesmo com a produção contemporânea da Suicidologia e das investidas dos



estudos bissexuais em construir dados que evidenciem a bifobia e seus efeitos à “saúde mental”, é preciso considerar que as taxas produzidas sobre o suicídio possuem, no geral, um extenso número de subnotificações (Botega, 2015). Quando consideramos as expressões de vida LGBTQIPAN+, sobretudo as expressões de vida LGBTQIPAN+ negras (Navasconi, 2022), essas lacunas se expandem (Baére; Zanello, 2020). De tal modo, embora tenhamos uma quantidade de estudos significativos em língua inglesa tratando de certo “efeito combinatório” entre as matrizes de raça, classe, gênero e sexualidade (Meyer, 2003), ainda são poucas as produções sobre o suicídio de sujeitos heterodissidentes atravessadas pelos marcadores de raça, por exemplo, configurando-se, assim, em um silenciamento das possibilidades envolvendo subjetividades LGBTQIPAN+ negras (Navasconi, 2022). Portanto, torna-se urgente a produção de mais trabalhos que considerem os marcadores de raça, classe, geração, religião, região e outros nas vidas bissexuais e esses “efeitos combinatórios” para a “saúde mental” de tais sujeitos¹¹.

Por fim, consideramos imperioso tecer duas provocações a respeito da produção de dados sobre o suicídio de pessoas bissexuais. A primeira diz respeito ao cuidado que as produções contemporâneas sobre bissexualidade devem tomar, na nossa leitura, para não contribuírem, de certo modo, para redução da “polissemia bissexual” a um grupo de risco de caráter epidemiológico. Ou seja, a “bissexualidade” corre o “risco” de emergir, nas produções acadêmicas, como tão somente um dos fatores de risco possíveis ao suicídio, dificultando, talvez, a compreensão da complexidade que são as identidades sexuais e os processos desencadeadores dos enredos de sofrimento e suicídio.

A Organização Mundial da Saúde (2000), por exemplo, sente segurança em considerar “bissexuais” como grupo de risco suicida, ainda que sem fazer distinções desta categoria para com a “homossexualidade”. Ademais, como a historiografia sobre a “bissexualidade” em relação à epidemia de HIV/Aids nos ensina (Fachini, 2004; Calmon, 2023; Seffner, 2003; Saldanha, 2023), é possível que tal grupo siga estigmatizado, ou ainda, que se funda um estigma a outro. Defendemos, portanto, que a “bissexualidade” não pode ser lida como mero fator de risco suicida. Assim, é preciso direcionar os olhares para os sistemas que tornam possíveis a bifobia: a matriz heterossexual e a monogamia. A leitura cultural de mundo – a “cultura monossexual” (Baére, 2023) –, gerida em alguma medida pelos sistemas mencionados, também merece ser posta em evidência e problematizada.

¹¹ Destacamos o trabalho e o comprometimento da Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência (REBIM) na produção, reflexão e divulgação de trabalhos com foco na complexificação do debate público e acadêmico sobre bissexualidade. Mais informações sobre a REBIM em: <https://www.bisides.com/post/do-gaebi-%C3%A0-rebim-produzir-conhecimento-%C3%A9-um-ato-coletivo>. Acesso em: 29 nov. 2024.



A segunda provocação, concomitante a essa, e já realizada por outros estudos (Saldanha, 2023; Monaco, 2020), diz respeito ao tensionamento da nova gramática produzida pelo campo. O uso da ideia de apagamento ou da categoria “monossexual” (Yoshino, 2000) corrobora, talvez, com leituras menos complexas do suicídio e da “saúde mental” entre bissexuais. Dessa forma, há possibilidades, em nossa percepção, de ganhos ao campo se ampliada as investigações sobre a “saúde mental” e a morte autoinfligida de bissexuais, em particular, se tais investigações aterem-se a categorias como matriz heterossexual, monogamia e, ainda, compreendam a “monossexualidade” como uma “lente” para interpretar as relações sociais, não como uma identidade que agregue heterossexuais e homossexuais enquanto grupo que se beneficia, de algum modo, do “apagamento bissexual”. Valendo-nos, uma última vez, do trabalho de Saldanha (2023), é possível que investigações sobre suicídio e “saúde mental”, tomando a categoria “bissexualidade” como polissêmica, venham a ter outros desdobramentos.

5 Considerações finais

O artigo exploratório em questão, embora tenha recorrido a certa sistematização dos estudos bissexuais, não pretende esgotar o debate que se propõe. De tal forma, o objetivo do trabalho foi, a partir dos estudos bissexuais e em diálogo com parcela da Suicidologia, tecer provocações sobre o tema da “saúde mental” fragilizada e do autoextermínio de pessoas bi, vez que estes têm sido convocados, por pesquisas e ativistas, como efeitos das discriminações cometidas às expressões de vida bissexuais.

Dessa forma, recuperamos os três momentos em que o discurso científico mobilizou a “bissexualidade”: para se referir ao estágio anatômico intermediário entre “macho” e “fêmea”; como estado de desenvolvimento psíquico a ser alcançado; por fim, como orientação sexual. Esta última emerge, sobretudo, das pesquisas epidemiológicas sobre HIV/Aids nos anos 1990. No entanto, essas categorias se misturam ao imaginário social e disputam sentidos quanto a “bissexualidade”.

Em seguida, o texto apresentou potências e limites da nova gramática produzida pelo movimento bissexual. Tal gramática aparece com o intuito de “gerar” reconhecimento às demandas do movimento. Em resumo, a bissexualidade tem sido alvo de constantes acusações, devido às particularidades históricas acima mencionadas e a leituras de mundo produzidas por intermédio da matriz heterossexual e da monogamia, sendo algumas dessas acusações: promiscuidade, sujeira, indecisão, perigo e inexistência.

Essas operações bifóbicas, possíveis pelo que parcela dos estudos bissexuais denomina de



“cultura monossexual”, tem como efeito particular a “saúde mental” fragilizada e o risco de suicídio entre este grupo. Posto isso, argumentamos a respeito do cuidado que acreditamos ser necessário para que tais pesquisas não reduzam a bissexualidade a um aspecto de risco. Por fim, argumentamos também que é necessária a ampliação de pesquisas sobre as temáticas – bissexualidade, suicídio e “saúde mental” – a partir de outras categorias analíticas, como matriz heterossexual, monogamia, “cultura monossexual”, bifobia e da bissexualidade como polissemia.

Referências

BARBA, Marta García *et al.* Bifobia em jóvenes universitarios: diferencias entre géneros, *Agora Salut*, v. 4, n. 16, p. 153-161, 2017.

BAÉRE, Felipe de. MÊS DA VISIBILIDADE BISSEXUAL: COMO LIDAR COM UMA CULTURA QUE AINDA IMPÕE A MONOSSEXUALIDADE? *Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal*. Disponível em: <https://www.crp-01.org.br/notices/9434>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades, *Psicologia em estudo*, v. 25, 2020.

BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Sexualidade e os dispositivos de gênero no comportamento suicida. In: LIMA, Luana; NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. (RE)PENSANDO O SUICÍDIO: Subjetividades, interseccionalidades e saberes pluriepistêmicos. Salvador: Edufba, 2022. p. 173-202.

BOLTON, Shay-Lee; SAREEN, Jitender. Sexual orientation and its relation to mental disorders and suicide attempts: Findings from a nationally representative sample. *The Canadian Journal of Psychiatry*, v. 56, n. 1, p. 35-43, 2011.

BOTEGA, Neury José. *Crise suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRITO, Leandro Teófilo de. “Falam que eu sou pintosa e que assim não dá para ficar com mulher”: narrativas sobre juventude e masculinidade bissexual, *O Social em Questão* - Ano XXVI, n. 55, 2023, p. 223-240.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CALMON, Diego. Bissexualidade e ambiguidade: relações metafóricas e processos metonímicos em produções discursivas sobre a bissexualidade, *Cadernos Pagu*, p. e236810, 2023.

CALMON, Diego. Bissexualidade e gramáticas emocionais em relatos de jovens universitários no Rio de Janeiro. *Cadernos de campo*, v. 28, n.2, São Paulo, p. 282-305, 2019.



CASTAÑEDA, Marina. *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas*. São Paulo: A Girafa, 2007.

EISNER, Shiri. *BI: Notas para uma revolução bissexual*. São Paulo: Editorial Linha a Linha, 2020.

FACCHINI, Regina. Bissexualidade em movimento. [Post do Blog Espaço B], 2004. Disponível em: <http://blog-espaco-b.blogspot.com.br/2010/06/bissexualidade-em-movimento-agosto-de.html>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FACCHINI, Regina. Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo) sexualidades na cidade de São Paulo. In: DIAS-BENÍTEZ, Maria Elvira; FIGARI, Carlos Eduardo. *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009. p. 309-341.

FASSIN, Didier. A biopolítica não é uma política da vida. LINS, Marcela Barbosa (tradução). *POS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, v. 13, n. 27, p. 10-27, 2023.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. Edições Graal Ltda: Rio de Janeiro, 1999.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp. 2019.

JAEGER, Melissa Bittencourt *et al.* Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. *Revista Periódicus*, v. 2, n. 11, p. 1–16, 2019.

JAWORSKI, Katrina. The gender-ing of suicide. *Australian Feminist Studies*, v. 25, n. 63, p. 47-61, 2010.

JORM, Anthony F. *et al.* Sexual orientation and mental health: results from a community survey of young and middle-aged adults. *The British Journal of Psychiatry*, v. 180, n. 5, p. 423-427, 2002.

LEWIS, Elizabeth Sara. “Não é uma fase”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, Luís Antônio Gomes; DAMACENA, Felipe Carvalho. Experiência de bissexuais em psicoterapia: cura bi, discriminação e patologização do sofrimento social. *REVISTA DEBATES INSUBMISSOS*, Caruaru, PE. Brasil, Ano 5, v.5, n. 16, jan./abr., 2022.

MEYER, Ilan H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological bulletin*, v. 129, n. 5, p. 674, 2003.

MONACO, Helena. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços monodissidentes. *Simbiótica - Revista Eletrônica*, v. 7, n. 3, p. 228-251, 2020.

MONACO, Helena. Entre muros, pontes e fronteiras: teorias e



epistemologias bissexuais, *ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 8, n. 16, p. 91-106, 2021.

MOSCHKOVICH, Marília. *EBISTEME: Bissexualidade como epistemologia* [livro digital]. São Paulo: Editorial Linha a Linha, 2022.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. Reflexões sobre o fenômeno do suicídio em corpos negros LGBTQIA+ marcados para morrer, mas que recusam a ontologia colonial. In: LIMA, Luana; NAVASCONI, Paulo Vitor Palma (org.). *(RE)PENSANDO O SUICÍDIO: Subjetividades, interseccionalidades e saberes pluriepistêmicos*. Salvador: Edufba, 2022. p. 149-172.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Prevenção do suicídio: Manual para Professores e educadores*. Genebra, 2000.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SALDANHA, Inácio. Categorias em trânsito: classificação das sexualidades e emergência da “bissexualidade” em Belém nos anos 1980 e 90. 2023. 222 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2023.

SALDANHA, Inácio Saldanha dos Santos; MONACO, Helena Motta; CRUZ, Beatriz Fragoso. BISSEXUALIDADE, ATIVISMO E PRODUÇÃO DE SABERES: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE OS ESTUDOS E MOVIMENTOS BISSEXUAIS. *Revista Anômalas*, v. 2, n. 2, p. 139-159, 2022.

SALDANHA, Inácio dos Santos. “Semi-hétero nem é gente”: Uma análise da bifobia em espaços de cibernabilidade homossexual. *Revista Periódicus*, v. 2, n. 14, p. 181-205, 2020.

SEFFNER, Fernando. *Derivas da Masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual*. 2003. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRGS, Porto Alegre, 2003.

SOUZA, Jamilie Santos de. *Tecendo identidades nas fronteiras: o vestir em narrativas de mulheres bissexuais*. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, set., 2012.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 725-741, dec., 2011.



TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

YOSHINO, Kenji. The epistemic contract of bisexual erasure. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 52, n. 2, p. 353-478, 2000.

